

- b) Habilitações literárias;
- c) Referência ao concurso a que se candidata;
- d) Experiência profissional, tratando-se de candidatas vinculadas, menção expressa da categoria que o candidato detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo e tempo de serviço na categoria, na carreira e função pública.

10.2 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Fotocópia do bilhete de identidade;
- d) Declaração autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem a categoria, a carreira e o vínculo, bem como o tempo de serviço na categoria e na função pública, o escalão detido e a especificação pormenorizada das tarefas que lhe estiveram cometidas no mesmo período, bem como as classificações de serviço relevantes para efeitos do presente concurso, na sua menção quantitativa e qualitativa.

10.3 — A não instrução do processo de candidatura nos termos dos n.ºs 10.1 e 10.2 do aviso de abertura determina a exclusão do concurso.

11 — Os candidatos pertencentes ao Instituto Português de Museus ficam dispensados da apresentação dos documentos que já constarem dos respectivos processos individuais, nos termos do n.º 5 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

14 — O local de afixação da relação de candidatas e da lista de classificação final será no Instituto Português de Museus.

15 — Constituição do júri:

Presidente — Dr.ª Maria Susana Inácio Gomes Prudêncio, chefe de divisão, substituída nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Vogais efectivos:

Maria Antonieta Lopes Duarte, técnica superior principal.
Dr.ª Maria João Chagas Zagalo, técnica superior de 2.ª classe.

Vogais suplentes:

João António Feio Pereira, chefe de secção.
José da Costa Leal, assistente administrativo especialista.

13 de Dezembro de 2004. — A Directora dos Serviços Administrativos, *Adília Crespo*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território

Despacho n.º 714/2005 (2.ª série). — Considerando o pedido de demissão da direcção do Instituto da Conservação da Natureza; Na sequência da nomeação do Prof. João Carlos Rosmaninho de Menezes para o cargo de presidente daquele Instituto, por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território de 26 de Novembro de 2004;

Assim:

1 — Nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 193/93, de 24 de Maio, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 169/96, de 18 de Setembro, é nomeado vice-presidente do Instituto da Conservação da Natureza o licenciado João Manuel Silva Alves, técnico superior principal do quadro do referido Instituto.

2 — A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão do mesmo para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, o respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

26 de Novembro de 2004. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*.

Curriculum vitae

(resumido)

João Manuel da Silva Alves, biólogo, cédula profissional da Ordem dos Biólogos n.º 2374.

Dados biográficos:

João Manuel da Silva Alves; nascido em Lisboa, em 30 de Junho de 1959; portador do bilhete de identidade n.º 5196323, emitido pelo arquivo de identificação de Lisboa em 3 de Maio de 2000, e do número fiscal de contribuinte 104262753; casado, pai de dois filhos; residente na Rua das Romázeiras, lote 6, 1.º, direito, na Torre, 2750-479 Cascais; licenciado em Biologia, em Outubro de 1982, pela Faculdade de Ciências da Universidade Clássica de Lisboa, com a classificação final de 16 valores; portador da cédula profissional n.º 2374 da Ordem dos Biólogos.

Actividade profissional:

Realização do estágio de conclusão do curso de Biologia, ramo científico, versando o «Estudo da flora e da vegetação da Reserva Natural do Estuário do Tejo e zonas envolventes», entre Setembro de 1991 e Outubro de 1992, orientado pelo Prof. Doutor Fernando Mangas Catarino e classificado com 18 valores. Em Novembro de 1982, início da actividade profissional, como técnico superior de 2.ª classe, em regime de tarefa, no Sector de Botânica da Direcção de Serviços de Estudos e Projectos do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico. Integração no quadro do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza em 31 de Dezembro de 1986, como técnico superior de 2.ª classe. Promoção, em 25 de Setembro de 1992, mediante concurso, para técnico superior de 1.ª classe e, em 5 de Fevereiro de 1999, mediante concurso, para técnico superior principal. Desde Setembro de 2002, classificado em primeiro lugar, em concurso interno do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), para assessor. Coordenação do Núcleo de Botânica, equiparado a divisão, integrado na Direcção de Serviços de Conservação da Natureza e, posteriormente, integrado na Divisão de Espécies Protegidas, ambas pertencentes ao ICN, desde 25 de Novembro de 1991 e até 31 de Março de 1997. A partir de 5 de Junho de 1998, transferência para o Parque Natural de Sintra-Cascais. Desde 23 de Setembro de 1998 e até 29 de Junho de 1999, vogal da comissão directiva do Parque Natural de Sintra-Cascais. Desde 30 de Junho de 1999 e até 26 de Maio de 2000, presidente, em regime de substituição, da comissão directiva do Parque Nacional de Sintra-Cascais. A partir de Junho de 2000, exercício das funções de biólogo/botânico, como técnico superior principal no Parque Nacional de Sintra-Cascais, assegurando a coordenação do Sector de Conservação da Natureza e a substituição temporária, em diversos períodos, do(a) presidente da comissão directiva em exercício. Desde 9 de Julho de 2003, nomeado, pelo presidente do ICN, vogal da comissão directiva do Parque Nacional de Sintra-Cascais, em representação do ICN. Desde 31 de Outubro de 2003, nomeado, pelo despacho n.º 24 900/2003 (2.ª série), de 31 de Outubro, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, em regime de substituição, chefe de divisão de Espécies Protegidas, da Direcção de Serviços de Conservação da Natureza, do ICN, no grupo de trabalho do património natural, no âmbito da CAIA — Comissão de Acompanhamento Ambiental das Infra-Estruturas de Alqueva por despacho do presidente do ICN. Nomeado, por despacho do presidente do ICN de 8 de Novembro de 2004, representante do ICN nos órgãos sociais da Regie Cooperativa da Tapada Nacional de Mafra, para o cargo de vogal da direcção, eleito em assembleia geral realizada em 19 de Novembro de 2004, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Artigos e obras publicadas ou em publicação (como autor e co-autor):

«*Armeria pseudarmeria* (Murray) Mansfeld — Contributos para a sua conservação», M. C. Duarte e João Alves, *Revista de Biologia da Universidade de Aveiro*, vol. 1, pp. 105-114 (1987). «Casal do Rei — Uma mata a proteger», João Alves e M. C. Duarte, *Revista de Biologia da Universidade de Aveiro*, vol. 1, pp. 115-124 (1987), e *Actas do 1.º Congresso Nacional de Áreas Protegidas*, 1.º vol. (1988). «A vegetação natural de Casal do Rei — Parque Nacional da Serra da Estrela». M. C. Duarte e João Alves, Coleção «Natureza e Paisagem», n.º 7, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1989 (76 pp.). «Zona húmida da ribeira de São Simão — Reconhecimento botânico», João Alves, M. L. Carvalho e Carlos Albuquerque, *Actas das 1.ªs Jornadas para o Desenvolvimento do Alto Minho*, Viana do Castelo, 1992. «Preservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens». João Alves e Carlos Magalhães. *Actas do 1.º Seminário Técnico sobre Conservação da Natureza*, Manteigas, 1992. «Os instrumentos legis-

lativos na gestão da flora e vegetação. O caso do planalto central da serra da Estrela», M. L. Carvalho, Pedro Ivo Arriegas e João Alves, in *Conservar a Estrela — Actas do 2.º Seminário Técnico sobre Conservação da Natureza na Reserva Biogenética do Planalto Central da Serra da Estrela*, Manteigas, 1994. «Habitats naturais em Portugal — Conceito e importância para a conservação da natureza. Integração nos mecanismos legislativos internacionais», João Alves, *Correio da Natureza*, vol. 18, pp. 30-34, 1994, e *Cadernos de Conservação*, n.º 1, Fevereiro de 1995, A. E. C. N. — MARN. «Os jardins botânicos e o estabelecimento de pontes entre estratégias complementares de conservação dos recursos genéticos vegetais — Enquadramento comunitário e internacional», João Alves, *Actas do III Simpósio da Associação Ibero-Macaronésica de Jardins Botânicos*, Horta, 1995. «A conservação *in situ* como instrumento de conservação dinâmica da biodiversidade (sementes para um debate), João Alves, Irene Modesto e Marta Mira, *Actas da II Conferência Técnica sobre Recursos Genéticos Vegetais*, Braga, 1996. Relatório da participação portuguesa na Conferência Técnica Internacional sobre Recursos Genéticos Vegetais, organizada pela FAO, em Leipzig, de 17 a 23 de Junho de 1996, L. Gusmão, E. Bettencourt, J. Alves, C. Godinho, C. Varela e L. Pereira, em publicação no *Correio da Natureza*, ICN. «Spontaneous and cultivated mediterranean plants with landscape and cultural importance in Portugal», João Alves, Irene Modesto e Luís Gusmão, *Proceedings of a Meeting Held from 7 to 9 November 1996*, in Naples, Italy. «Neglected plant genetic resources with a landscape and cultural importance for the mediterranean region». «Habitats naturais e seminaturais de Portugal continental — Tipos de habitats mais significativos e agrupamentos vegetais característicos», João M. S. Alves, M. Dalila Espírito Santo, José C. Costa, Jorge H. Capelo Gonçalves e Mário F. Lousã, Lisboa, ICN, 1998. «Cartografia da vegetação natural e seminatural do território continental português», relatório final de projecto, co-financiado pelo LIFE, ICN, Lisboa, 1999. «Infestantes ambientais no Parque da Pena (Sintra)», em co-autoria com M. Cristina Duarte, João Monjardino e Ilídio Moreira, aceite para publicação nos *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, 2003. «Infestantes ambientais no Parque da Pena (Sintra)», em co-autoria com M. Cristina Duarte, João Monjardino e Ilídio Moreira, aceite para publicação, em 2003, pelos *Anais do Instituto Superior de Agronomia*.

MINISTÉRIO DO TURISMO

Instituto de Turismo de Portugal, I. P.

Despacho n.º 715/2005 (2.ª série). — Por despacho do conselho directivo do ITP — Instituto de Turismo de Portugal, I. P., de 22 de Dezembro de 2004:

Maria Rita da Mota Veiga Cardo de Carvalho — autorizada a nomeação como assistente administrativa principal do quadro de pessoal do ITP. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2004. — O Conselho Directivo: (*Assinaturas ilegíveis.*)

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho n.º 716/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 21.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, designadamente de chefe de divisão, é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao exercício das respectivas funções;

Considerando que a Dr.ª Maria Sofia Trindade Ramos de Jesus Salvação Barreto corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de chefe da Divisão de Documentação e Informação Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça;

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino o seguinte:

1 — É nomeada chefe da Divisão de Documentação e Informação Jurídica a Dr.ª Maria Sofia Trindade Ramos de Jesus Salvação Barreto.

2 — O presente despacho produz efeitos à data do despacho de nomeação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, *Jorge Alberto Aragão Seia*.

Nota curricular

de Maria Sofia Trindade Ramos de Jesus Salvação Barreto

Nome — Maria Sofia Trindade Ramos de Jesus Salvação Barreto.

Data de nascimento — 22 de Dezembro de 1967.

Formação académica:

Licenciada em História pela Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões (1986-1990), com a média final de 15 valores; Pós-graduação em Ciências Documentais, variante Bibliotecas e Documentação, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1992-1994) com a média final de 14 valores; Mestranda em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2002-2004) — parte escolar concluída em 2002-2003.

Actividade profissional:

Divisão de Documentação do Ministério da Defesa Nacional: condensação/indexação da documentação apresentada nas «Jornadas de Defesa Nacional — Anos 90» — de Setembro de 1990 a Fevereiro de 1991;

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional: pesquisa para elaboração de bases de dados no âmbito da defesa nacional — de Março a Setembro de 1991;

Comissão Portuguesa de História Militar: organização de colóquios nacionais de história militar; preparação das participações portuguesas nos colóquios internacionais de história militar; compilação e organização das actas dos colóquios internacionais de história militar; compilação e organização das actas dos colóquios atrás referidos — de Outubro de 1991 a Abril de 1995;

Centro de Documentação e Informação do Ministério da Defesa Nacional — de Abril de 1995 a Novembro de 2003 — gestão corrente do CDI; representação da coordenadora nas suas ausências e impedimentos; contacto directo com o secretário-geral do MDN, com os gabinetes ministeriais e gabinetes CEMGFA; participação em reuniões de chefia; apresentação ao Ministro da Defesa Nacional dos projectos e actividades do CDI, em reunião de chefias da Secretaria-Geral, em Julho de 2001;

Supremo Tribunal de Justiça — Dezembro de 2004 — chefe da Divisão de Documentação e Informação Jurídica, em comissão de serviço:

Recrutamento e selecção de técnicos BAD — reorganização funcional dos recursos humanos;

Reestruturação do acervo e nova organização documental da Biblioteca;

Supervisão da organização do arquivo histórico;

Supervisão da base de dados bibliográfica: continuação da informatização do acervo e respectiva figuração dos registos em www.dgsi.pt;

Supervisão da base de dados de jurisprudência: eliminação do suporte de papel na transferência de documentos/acórdãos para o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça e para os juizes assessores e posterior transferência para www.dgsi.pt;

Projecto de uniformização e disponibilização em www.dgsi.pt dos acórdãos de fixação de jurisprudência;

Projecto de disponibilização *on line* das novidades da Biblioteca.

Despacho n.º 717/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 e na alínea b) do n.º 6 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio em comissão de serviço, precedendo concurso, a Dr.ª Maria Teresa Rodrigues Roque Alexandre para o cargo de directora de serviços Administrativos e Financeiros do Supremo Tribunal de Justiça. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *Jorge Alberto Aragão Seia*.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA

2.º Juízo

Anúncio n.º 7/2005 (2.ª série). — Anabela Piloto Araújo, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, faz saber que corre neste Juízo termos a acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos, interposta em 14 de